
ANÁLISE DO DISCURSO E MÍDIA IMPRESSA: O DISCURSO DA REVISTA VEJA SOBRE OS BRICs NA NOVA ORDEM MUNDIAL¹.

CUNHA, Fábio César Alves da – Universidade Estadual de Londrina

fabioalvescunha@gmail.com

RESUMO: O presente texto tem como objetivo fazer a análise do discurso de uma matéria da revista Veja sobre o papel dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) na nova ordem mundial. A revista trata esse conjunto de países como uma liga de super-heróis que podem salvar o planeta. O trabalho consiste em explicitar o cunho liberal do discurso proferido pela revista e suas implicações ao ensino da geografia ao ocultar determinadas informações. Um referencial teórico sobre discurso e análise do discurso é levantado na primeira parte do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso, Mídia Impressa, Brics, Nova Ordem Mundial, Discurso Liberal.

INTRODUÇÃO

A mídia impressa e televisiva vem se tornando na contemporaneidade uma das principais fontes de poder político, visto sua capacidade de propagar consensos em cima de, muitas vezes, informações duvidosas, manipuladas ou incompletas. Alguns autores chegam a denominá-la de “o quarto poder” em decorrência dessa capacidade de influenciar na vida política dos países.

No Brasil, os meios de comunicação apresentam um vínculo, cada vez mais intenso, com a elite econômica, no qual, a cristalização de um discurso de cunho liberal, passa a ser assumido sistematicamente.

Ao questionar se seria prudente confiar no que está nos jornais, televisão e rádio, Martins e De Luca (2006) complementam:

¹ O presente artigo faz parte do projeto integrado “Geografando o território – epistemologias e linguagens: as territorialidades londrinenses na mídia impressa” projeto n. 040019000000.

Vários estudiosos têm chamado atenção para o fato de os temas abordados e as opiniões apresentadas responderem menos aos interesses coletivos dos cidadãos do que aqueles defendidos por certos grupos políticos e econômicos. (MARTINS e DE LUCA, 2006. p. 13)

São estas práticas tendenciosas, cada vez mais presente na imprensa brasileira, que nos fez pensar neste trabalho, no qual optamos, em analisar uma matéria, com conteúdo geográfico, da revista Veja, e suas implicações para o ensino de geografia. A matéria intitulada “A liga da salvação do capitalismo”, de 05 de dezembro de 2007, trata do atual papel dos BRICs: Brasil, Rússia, Índia e China, na nova ordem mundial.

Na primeira parte do trabalho, foi realizada uma breve revisão teórica sobre o discurso e a análise do discurso. Num segundo momento, nos detivemos na própria análise do discurso da matéria em foco, na qual foi possível constatar o discurso da revista Veja, e até que ponto tais informações ali contidas, colaboram ou comprometem o conteúdo de geografia que deve ser trabalhado em sala de aula.

OBJETIVOS:

O trabalho teve como objetivo realizar a análise do discurso da matéria “A liga da salvação do capitalismo”, da revista Veja, procurando salientar o discurso da referida revista e o comprometimento de algumas informações para o ensino de geografia.

REFERENCIAL TEÓRICO:

DISCURSO

Neste texto, procuramos entender o termo Discurso com base em Bakhtin, como algo no qual se configura o dialogismo, isto é, aquilo que diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade.

Bakhtin demonstra a possibilidade de estudar o discurso, isso é, não enquanto fala individual, mas enquanto instância significativa, entrelaçamento de discursos que, veiculados socialmente, realizam-se nas e pelas interações entre sujeitos. Sob essa perspectiva, a natureza do fenômeno lingüístico passa a ser enfrentada em sua

dimensão histórica, a partir de questões específicas de interação, da compreensão e da significação trabalhadas discursivamente. Assim, a vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo, interrogar, escutar, responder, estar de acordo, etc.

O dialogismo define o texto e o discurso como um “*tecido de muitas vozes*”, ou de muitos textos ou discursos, que se entrecruzam, se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do próprio texto ou discurso. Mas o discurso também é ideológico. “Se nos discursos falam vozes diversas que mostram a compreensão que cada classe ou segmento de classe tem do mundo, em um dado momento histórico, os discursos são, por definição, ideológicos marcados por coerções sociais” (BARROS, 2001, p. 34). Esse discurso, vinculado a uma situação histórica e social concreta, localizado num determinado momento e num determinado lugar, mantém fortes relações com o espaço geográfico.

Foucault, ainda em sua fase considerada arqueológica, trabalha com os conceitos de *acontecimento discursivo*, *enunciado*, *formação discursiva* para enfim desembocar no conceito de *discurso* e de *práticas discursivas*.

Para Gregolin, Foucault propõe entender os acontecimentos discursivos que possibilitaram o estabelecimento e a cristalização de certos objetos em nossa cultura.

Trata-se de tomar um campo imenso de possibilidades, constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (falados ou escritos) em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. (GREGOLIN, M. 2004, p. 88).

O enunciado é entendido se existe no caso a função enunciativa, isto é, o fato deste ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que possibilitam que ele seja enunciado. É perceptível a relação do enunciado com uma situação histórico-socioespacial.

A formação discursiva passa a existir a partir do momento em que se detecta uma certa regularidade entre enunciados, uma ordem em aparecimento sucessivo, com correlações, posições, funcionamentos, transformações...

Para Foucault, o enunciado contém um sujeito que é determinado historicamente, daí a relação entre os enunciados e a historicidade. O que torna uma frase em um enunciado é o fato de podermos assinalar-lhe uma posição de sujeito.

Foucault se aproxima de Bakhtin ao propor que todo enunciado “tem sempre margens povoadas de outros enunciados”, uma necessidade de ser correlacionado a um campo subjacente, a um campo associativo, isto é, para produzir sentido, o enunciado se co-relaciona com uma série de formulações que com ele coexistem em um espaço historicamente delimitado

A História é construída por esses jogos enunciativos, pelas batalhas discursivas, que, pela existência material dos enunciados, traz uma materialidade à história.

Assim, o discurso é definido por Foucault como:

[...]um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo. (FOUCAULT, 1997, p. 135 e 136)

O conceito de discurso de Foucault pressupõe, necessariamente, a idéia de prática. Para isso, este pensador propõe estudar as práticas discursivas, isto é, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Com a idéia de prática discursiva, Foucault propõe uma análise que persiga a movimentação dos enunciados, sua movência nos atos praticados por sujeitos historicamente situados. O próprio conceito de saber deriva do funcionamento das práticas discursivas.

Exatamente por ser objeto de luta, as práticas discursivas determinam que nem sempre tudo pode ser dito, que aquilo que pode ser dito é regulado por uma ordem do discurso. Nesse sentido, o discurso:

aparece como um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 1997, p. 139).

Foucault mostra sua compreensão das relações que os discursos estabelecem com os sujeitos, com a história e com as práticas discursivas.

A partir desse momento e já entrando numa fase genealógica, Foucault passa a relacionar cada vez mais toda sua teoria sobre o discurso com o poder e passa a analisar os sistemas de ações que governam outras ações. "... se o sujeito humano é apanhado nas relações de produção e nas relações de sentido, ele é igualmente apanhado nas relações de poder de uma grande complexidade" (FOUCAULT, 1995, p. 109).

A ANÁLISE DO DISCURSO

Pode-se considerar que a análise do Discurso é uma disciplina de caráter transdisciplinar. Sua constituição decorre do entrecruzamento de teorias de diferentes campos do saber como pontua Orlandi (1986, p. 119): a) o materialismo histórico, compreendido como teoria das formações e transformações sociais. É na/pela história que observamos as condições de produção do discurso, ou seja, o porquê da aparição de um enunciado em dado momento e lugar e não outro. b) a lingüística, tomada como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação, isto é, trabalha-se com elementos lingüísticos que possibilitam a materialização dos discursos. c) a teoria do discurso, que trata da determinação histórica dos processos semânticos, isto é, a produção dos sentidos decorrente dos fenômenos históricos. Para Gregolin (2003), esses três campos disciplinares articulados para a constituição teórica da análise do discurso são atravessados por

uma teoria subjetiva de ordem psicanalítica, que traz o inconsciente para o interior de suas reflexões.

Assim, um enunciado, definido sob seus aspectos formais, pode ter sentidos diferentes ao ser produzidos em diferentes momentos históricos, e/ou ideológicos; dessa forma, um enunciado torna-se outro.

Para Gregolin (2003), a análise do discurso implica apreender a língua, o sujeito e a história, em funcionamento, uma vez que a própria teoria do discurso revela uma determinação histórica dos processos semânticos, e, com isso, uma dispersão dos sentidos.

Fernandes (2007, p. 21), salienta que analisar o discurso implica interpretar o sujeito falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto.

Todo discurso tem um sentido. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. A análise do discurso destina-se a evidenciar os sentidos do discurso tendo em vista suas condições sócio-históricas e ideológicas de produção. As condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação social. As palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (...) mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (PÉCHEUX 1997b, p. 190 apud FERNANDES 2007, p. 22).

Assim, a noção de sentidos é dependente da inscrição ideológica da enunciação, do lugar histórico-social de onde se enuncia; logo, envolve os sujeitos em interlocução. Para Fernandes (2007, p. 26), de acordo com as posições dos sujeitos envolvidos, a enunciação tem um sentido e não outro(s).

Assim, a noção de discurso implica considerar as condições históricas sociais de produção que envolvem o discurso.

O discurso não é língua e nem fala, mas, como uma exterioridade, implica-as para sua existência material, realiza-se, então, por meio de uma materialidade lingüística cuja possibilidade firma-se em um ou vários sistemas (lingüísticos e /ou semióticos) estruturalmente elaborados.

Para uma análise do discurso:

É preciso sair do especificamente lingüístico e dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a fala, fora delas, ou seja, para compreender de que se constitui essa exterioridade a que se denomina discurso, o objeto a ser focalizado para a análise. (...) Dessa maneira, se instaura um campo de conflitos no qual diferenças sociais coexistem. Se há diferenças, há embates no social e, conseqüentemente, no lingüístico. (FERNANDES, 2007, p. 23 e 24).

Para esse mesmo autor, o que marca as diferentes posições dos sujeitos, dos grupos sociais que ocupam territórios antagônicos, caracterizando tais embates, é a ideologia, é a inscrição ideológica dos sujeitos em cena. Portanto, ideologia é imprescindível para a noção de discurso, não apenas imprescindível, é inerente ao discurso. (FERNANDES, 2007, p. 24)

É o social e o ideológico em sua historicidade que possibilitam falar em discursos. O discurso tem sua existência na história, em seus processos histórico-sociais de constituição. Dessa forma, é preciso compreender a produção dos discursos como elemento integrante da história, o porquê que numa determinada época e num determinado lugar, as transformações históricas possibilitaram a compreensão da produção discursos, seu aparecimento em determinados momentos e sua dispersão em outros.

Fernandes (2007, p. 28), destaca a existência do discurso no social e na exterioridade do lingüístico:

Isto posto, reiteramos que o discurso tem existência na exterioridade do lingüístico, no social, é marcado sócio-histórico-ideologicamente. Neste social, há posições divergentes pela coexistência de diferentes discursos, isto implica diferenças quanto à inscrição ideológica dos sujeitos e grupos sociais em uma mesma sociedade, daí os conflitos, as contradições, pois o sujeito, ao mostra-se, inscreve-se em um espaço sócioideológico e não em outras, enuncia a partir dessa inscrição; de sua voz, emanam discurso(...).

Após esta breve revisão teórica sobre o discurso e a análise do discurso partiremos agora para um exercício de análise do discurso de uma matéria da revista Veja com conteúdo geográfico.

O DISCURSO LIBERAL DA REVISTA VEJA SOBRE AS EMERGENTES POTENCIAS QUE PODEM “SALVAR O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO”:

Informações da reportagem:

Revista Veja, edição nº. 2037 de 05 de dezembro de 2007. Páginas: 86-91.

Chamada da Capa: A missão dos Super-Brics: salvar o capitalismo .

Ilustração: desenho de um super herói com as cores da bandeira nacional.

Título da Matéria: A liga da salvação do capitalismo.

Jornalista: Giuliano Guandalini com reportagem de Julia Duailibi e Cíntia Borsato.

Ilustrações da matéria: Cada país dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) é representado por um super herói, acompanhado de uma tabela, que traz algumas informações como o PIB, o índice de crescimento anual, a população, a extensão territorial e os principais “poderes” e “fraquezas” de cada “super herói”.

A matéria se inicia com um breve resumo da reportagem destacando as informações sobre a crise imobiliária americana que passa afetar os países ricos. “Quem pode salvar a situação?” Os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), que é considerada pela revista como uma liga dos super-heróis que podem salvar o capitalismo: “justamente o grupo de países que no passado era o problema e hoje é parte da solução”.

Para a reportagem, esses países emergentes são as nações que venceram o atraso econômico graças às reformas liberais a que se impuseram e agora lideram o crescimento mundial.

A matéria enaltece as reformas neoliberais da década de 1990, no entanto, não menciona as mazelas que as mesmas trouxeram para o mundo. O próprio Fundo Monetário Internacional – FMI, uma das instituições encarregadas de dirigir e propagar essas reformas para o resto do mundo, já reconheceu em seus relatórios, que as reformas neoliberais da década passada aumentaram significativamente a pobreza no mundo.

Para o autor da matéria, esse grupo de países (Brasil, Rússia, China e Índia), é considerado como uma liga dos super-heróis que podem salvar o capitalismo por terem poderes, “mas também fraquezas que podem ser fatais”.

Após esse resumo, a reportagem se inicia com as previsões pessimistas sobre o futuro da economia americana, o que seria como se “uma tempestade perfeita atingisse o mundo” nas palavras do economista Simon Johnson, chefe do Fundo Monetário Internacional – FMI. A conjunção desta “tempestade perfeita”, seria a crise do petróleo que naquele momento atingia 100 dólares, somada a crise do mercado imobiliário que entrou em colapso, fazendo com que a economia americana, “princesa do capitalismo global”, esteja “namorando com o abismo”. Somem-se ainda a “letargia da Europa e o marasmo japonês”. Porém, diz a reportagem:

(...) há algo de novo e muito positivo no ar. É a liga dos novos super-heróis do capitalismo - os grandes países emergentes, recém-emersos de décadas de isolamento e irracionalidade econômica, famintos por recuperar o tempo, a produtividade e o desenvolvimento perdidos. Integram essa liga: Brasil, Rússia, Índia e China (Bric), nações que já lideram o crescimento mundial e dão ao capitalismo um impulso inédito. (Veja, n.2037, 2007, p. 87 e 88).

Para Keneth Rogoff, professor da Universidade de Harvard e ex-economista chefe do FMI: “Esses quatro países são hoje, inquestionavelmente, a força mais dinâmica da economia global. Graças à emergência deles, o crescimento potencial do planeta é bem superior ao de duas décadas atrás”

A reportagem, como de praxe, recorre a especialistas liberais ligados ao Fundo Monetário Internacional.

Qual a fonte desses super poderes dos nossos super heróis? Prossegue a reportagem:

uma fase inédita de prosperidade, decorrente da abertura ao comércio mundial, do incentivo à iniciativa privada e da conseqüente inserção de três bilhões de novos consumidores no mercado mundial. (Veja, n.2037, 2007, p.89).

Considerada por alguns especialistas, como Laurence Summers, ex-secretário americano do Tesouro, como “a maior revolução econômica dos últimos 1000 anos,

ao lado do Renascimento e da Revolução Industrial do século XVIII. A reportagem indaga: “Exagero? Talvez não”, já que a Revolução Industrial do século XVIII despejou seus efeitos positivos sobre apenas um terço da população mundial e essa nova revolução, a que se refere Summers, “brindou todo o planeta e agora está ajudando a produzir um inédito reequilíbrio internacional de forças”.

Mais uma vez a reportagem recorre a especialistas liberais ligados ao poder norte americano. Ao generalizar que está revolução brindou todo o planeta, a reportagem deixa-se levar para as generalizações. Brindou todo o planeta com o que? Com uma maior desigualdade social que assola o mesmo? Com uma recorrente dilapidação dos recursos naturais e do meio ambiente? E os bilhões de habitantes que estão excluídos dessa “nova revolução” foram brindados em que sentido? Não se cogita os efeitos negativos.

“Pela primeira vez faz a balança pender para o lado dos que sempre foram os fracos da equação econômica mundial”. Será?

Esse notável avanço dos emergentes, diz a reportagem, não é fruto do acaso ou do determinismo:

Essas nações venceram resistências internas para abandonar modelos econômicos retrógrados e isolacionistas. Decidiram ingressar no comércio global e seguiram um disciplinado e duro roteiro de reforma liberalizantes. De aplicados aprendizes de modelos vitoriosos, eles agora podem até posar de mestres. Veja, n.2037, 2007, p. 89).

A revista mais uma vez enaltece as reformas neoliberais e a globalização como as condições cruciais que fizeram com que os Brics conseguissem tal ascensão. Modelos vitoriosos? Em que sentido? Em dominar e explorar outros territórios dentro de uma espoliante divisão internacional do trabalho?

A partir daqui, a reportagem passa a citar os avanços conquistados pelos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China):

Sob a liderança capitalista de Deng Xiaoping, os chineses se livraram do marxismo tosco legado por Mão Tse-tung. Hoje, dois terços da economia chinesa está nas mãos do setor privado, e as bolsas de valores do país são as mais frenéticas do mundo. (...) ‘A pobreza não

tem nada de socialismo. Ser rico é glorioso', afirmou Deng certa vez. Sábias palavras. (Veja, n. 2037, 2007 89 e 91).

A matéria, mais uma vez enaltece a iniciativa privada, não cogita a mão-de-obra semi-escrava, principal atrativo para os investimentos que se direcionam para aquele país.

A Índia pulou do caos para a era da comunicação avançada em poucas décadas. Sua sociedade, anteriormente engessada em casta, ganhou mobilidade. A classe média progride aceleradamente e a pobreza ainda que gigantesca tem caído. Menos de 20% dos habitantes vivem na miséria, contra mais de 50% há três décadas. (Veja, n. 2037, 2007, p. 89 e 91).

Vinte por cento da população indiana são mais de 200 milhões de habitantes, uma população maior que a do Brasil.

A Rússia também deixou o jugo comunista da União Soviética, que colapsou em 1991, abraçou o capitalismo e avança rapidamente impulsionada pela riqueza de suas reservas de gás e petróleo. (Veja, n. 2037, 2007, p. 91).

Não se menciona que a esse processo de privatização, sem precedentes na história, arrastou milhares de cidadãos russos para a miséria, gerando de um lado, um exército de reserva condizente com o atual modelo, e de outro, uma elite bilionária conivente e alinhada com o centro do sistema.

Já o Brasil, não chegou a se alinhar completamente ao modelo marxista-leninista, mas perseguiu no passado um modelo de desenvolvimento baseado no investimento estatal que entrou estrepitosamente em fracasso depois da redemocratização, em 1985. (...) a partir do plano real, em 1994, reencontrou o crescimento, depois de ter debelado a inflação e exterminado a dívida externa. Pela primeira vez em duas décadas, o PIB (produto interno bruto) brasileiro voltará a se expandir em ritmo superior ao da média mundial. (Veja, n. 2037, 2007, p. 91).

Como todo discurso liberal, a reportagem ataca o modelo de investimento estatal, sem mencionar que grande parte da infra-estrutura brasileira, que garante hoje o crescimento, é originária desse modelo. Deixa claro que o crescimento encontrado pelo Brasil hoje, ocorre graças ao plano real, valorizando o governo Fernando

Henrique Cardoso (1994-2002). A revista omite as crises de crescimento do mesmo governo de orientação neoliberal. Por outro lado, credita ao mesmo o extermínio da dívida externa, uma informação incorreta, já que, o governo FHC, recorreu mais de um vez ao FMI, aumentando a dívida do país. O dito extermínio da dívida externa só foi conquistado no governo seguinte, de Luiz Inácio Lula da Silva, de orientação trabalhista, constantemente atacado pela revista.

A reportagem ainda realça que:

Exemplos abundam de como esses países se salvaram ao superar a síndrome de coitados - a idéia anacrônica de que seu subdesenvolvimento se devia a exploração das nações mais ricas. (Veja, n. 2037, 2007, p. 91).

Como se isso não fizesse parte da real história do capitalismo. A revista não entra no mérito de que o restante do mundo está fora desse processo dos emergentes e que estes agora poderão ter a oportunidade de, inclusive, explorar nações mais pobres, ou internamente, suas regiões menos desenvolvidas.

Mais uma defesa do pensamento neoliberal:

“O pensador inglês Paul Johnson defendeu com brilho a tese de que, se os estados não atrapalharem com tiranias, injustiças e impostos sufocantes, a tendência ao progresso das pessoas é inevitável”

Uma nítida defesa do pensamento liberal, pregando a diminuição do estado e dos impostos. O Estado como o grande agente da injustiça, só faltou acrescentar que o mercado é o grande herói da liga dos heróis. Sobre a tendência ao progresso das pessoas, ser inevitável, não passa de mais uma generalização que é colocada pela revista: as políticas neoliberais das últimas décadas inviabilizaram o progresso de milhões de pessoas, fato já assumido pelo FMI.

Para terminar a reportagem, a revista ainda aponta, numa receita liberal, as fragilidades estruturais do BRICs que, “se não forem atacadas, podem, no logo prazo, solapar todo o tremendo avanço institucional das duas últimas décadas”:

-A China terá que deparar com a distensão de seu totalitarismo político.

-A Índia, ainda resiste em se abrir plenamente aos investimentos privados e possui uma infra-estrutura precária.

-Na Rússia, o dirigismo estatal exerce uma mão pesada sobre a economia, afugentando capitais.

Sobre o Brasil:

O Brasil “mantém um viés anticapitalista meio jeca que obriga os governos a procrastinar há anos as reforma essenciais. Algumas vezes, apesar de todas as evidências de que se fizeram as coisa certas, as forças políticas voltam a flertar com um capitalismo de estado atrasado e ineficaz. Afirma Rogoff: O Brasil tem potencial para crescer tanto quanto a china e a Índia. Para acelerar esse processo, pé preciso reduzir a participação do governo na produção e transferir poderes ao setor privado, que é muito eficiente no país A função do governo, basicamente, é melhorar a qualidade de serviços para a população. O estado está crescendo muito no Brasil, em contraste com outros países emergentes. (Veja, n.2037, 2007, p. 91).

Para finalizar a reportagem, a revista relata que:

Por uma dessas ironias da história, quem descreveu com clareza essa revolução foi o filósofo Karl Marx. No manifesto comunista, panfleto escrito a quatro mãos com Friederich Engels em 1848, Marx relata como os empresários capitalistas, na procura por novas fronteiras onde possam expandir seus lucros, avançam por todo o globo. Os *burgueses, (capitalistas, esclarece a revista), por meio do avanço rápido de todos os instrumentos de produção e pela facilidade dos meios de comunicação, arrastam toda as nações, até mesmo as mais bárbaras, para a civilização* (Veja, n. 2037, 2007, p. 91).

“É isso mesmo”. Enaltece o jornalista. “Da barbárie para a civilização”.

Até nessa última informação, o repórter omite o fim do mesmo parágrafo citado do manifesto comunista:

Sob pena de morte, ela (a burguesia), obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich, *Manifesto do Partido Comunista – 1848*, p. 4)

A citação do manifesto comunista no final da matéria é um exemplo de como as informações são manipuladas no discurso da revista. Só é passado aquilo que

interessa a revista, aquilo que vem de encontro a sua ideologia liberal, o restante é ocultado, omitido, ou depreciado.

RESULTADOS

Com o presente trabalho de análise do discurso, foi possível pontuar na matéria em análise, o discurso da revista Veja. Um discurso liberal, proferido por um sujeito que defende esta ideologia. São várias as formas de se realizar esta defesa: realçando e valorizando as políticas neoliberais como a abertura do mercado e do processo de privatização, que é mascarado pelos termos “abertura aos investimentos privados”; por meio de omissão de informações complementares. Apenas o que interessa a revista é destacado na reportagem.

No caso dos BRICs, (Brasil, Rússia, Índia e China), como salvadores do capitalismo a beira de um abismo, o discurso aponta que estes conseguiram este estágio de crescimento graças às políticas neoliberais da década passada. Não se menciona os pontos negativos dessas políticas que inclusive estão ligadas a proximidade do abismo citado.

As informações apresentadas para cada um dos países podem ser divididas em três partes: uma primeira, que evidencia as principais características do país. Uma segunda, que aponta os poderes de cada um, valorizando sempre as características decorrentes de políticas neoliberais como a baixa carga tributária, empresas globalizadas, mercado financeiro avançado e, uma terceira, que mostra as fraquezas de cada um. Estas fraquezas são creditadas ao excesso de intervenção estatal como autoritarismo e corrupção, reformas econômicas incompletas, burocracia, dirigismo econômico, gastos públicos excessivos, tributação elevada, infra-estrutura deficiente, “viés anticapitalista”. A revista, desta forma, explicita um discurso liberal privatizante, que visa à diminuição do estado com reformas que objetivam beneficiar o capital incluindo uma política de diminuição de impostos e abertura maior dos mercados.

Os especialistas convocados para respaldarem tal discurso estão todos envolvidos de alguma forma com instituições alinhadas com o capital americano como o FMI, guardião do modelo neoliberal até os dias atuais.

ANÁLISE DO DISCURSO E MÍDIA IMPRESSA: O DISCURSO DA REVISTA VEJA
SOBRE OS BRICs NA NOVA ORDEM MUNDIAL

ISBN 978-85-98054-12-4

Em última análise, a matéria analisada da revista veja evidencia um discurso ideológico e tendencioso.

Para uma revista semanal que atinge grande parte dos estabelecimentos de ensino no país e, de constante consulta na área de ensino de geografia, um discurso deste teor a desqualifica como meio complementar para o ensino desta disciplina, já que, informações, quando não omitidas, são distorcidas, sempre com o objetivo de assegurar o seu discurso proposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A LIGA da salvação do capitalismo. **REVISTA VEJA**, Semanal, Edição n.2037, de 05.12.2007, p. 86-91.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins fontes, 1992.

BARROS, D.L.P. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso In: **Diálogos com Bakhtin**. FARACO, C.A. e al (Orgs.) Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

FERNANDES, C.A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: Diálogos e Duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____, Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C.A.; SANTOS, J.B.C. **Teorias Lingüísticas: Problemáticas Contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003.

MARTINS, A.L. ; DE LUCA, T.R. **Imprensa e cidade**, São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 02 set. 2008.